

DOSSIÊ ANÁFORAS

ALGUNS PROBLEMAS NO ESTUDO DA ANÁFORA TEXTUAL

Rodolfo Ilari*

Conta-se que um certo pesquisador assalariado, cansado de não encontrar saídas para o estudo de que tinha sido incumbido no instituto em que trabalhava, tomou conhecimento de que a aquisição de uma encyclopédia lhe daria direito, além da encyclopédia propriamente dita, a um certo número de pesquisas de seu interesse. Vendo na compra da encyclopédia a solução para seu impasse profissional, nosso pesquisador assumiu um plano de prestações a perder de vista, levou para casa uma encyclopédia que não cabia no apartamento e, imediatamente, faz por carta sua consulta sobre o problema que vinha pesquisando. Poucos dias depois, o chefe de seção o chamou e lhe disse que o instituto acabava de receber uma consulta de uma encyclopédia; por uma feliz coincidência, a consulta era sobre o mesmo assunto que o pesquisador assalariado vinha investigando nas últimas semanas. Assim, o pesquisador assalariado foi encarregado de mais essa pesquisa, com um prazo de poucos dias para relatar.

Conto essa história porque, de alguma forma, o convite do Celsul para organizar esta mesa-redonda me encontrou perdido no assunto da anáfora, que me parecia, e ainda me parece um grande saco-de-gatos. A diferença, em relação àquele outro pesquisador, é que, neste caso, vou poder trocar idéias com dois especialistas no assunto, que vão me dar o empurrão de que preciso para sair do lugar de onde venho olhando sem solução para alguns problemas que

* Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

continuam me desafiando. Estou, para contar uma outra história, na situação daquela outra personagem que está levando o milho para o moinho, enquanto meus colegas Marcuschi e Ana Lúcia já estão voltando com o bolo de fubá. Para mim, é claro, isso só tem vantagens.

Partindo do princípio de que “anáfora” é um título genérico para um grande emaranhado de problemas, vou relatar um pouco de minha convivência com um deles, o peso enorme que teve (e ainda tem), na explicação do fenômeno, a noção de referência. A tese de que por trás de toda anáfora se esconde uma operação semântica de correferência tem sido afirmada tanto por lingüistas que buscavam seus exemplos no âmbito da sentença, quanto por lingüistas comprometidos com a análise textual. E tem sido objeto de formulações fortes, às vezes grosseiras, e de formulações mais cuidadosas.

Um exemplo de formulação grosseira é a Paduceva (1970, p. 226),¹ para quem “The relation between two names of a given text that have identical denotata may be called anaphoric relation...”

No contexto original dessa citação, os “denotata”, são objetos efetivamente existentes no mundo, e os “names” se aplicam a esses “denotata” de maneira unívoca. Com isso, somos levados sem escapatória à conclusão de que toda anáfora expressa correferência, mas essa é uma conclusão indesejável, que nos leva, por exemplo, a considerar que no romance *Dom Casmurro*, qualquer ocorrência do nome “Capitu” é anafórica de todas as outras ocorrências do mesmo nome, o que é contra-intuitivo.

Uma assimilação menos grosseira das noções de anáfora e correferência pode ser encontrada, em Bonomi (1994),² um texto mais cuidadoso, que trata de um tipo particular de discurso – a narrativa literária – tendo por termo de referência o conjunto de volumes que forma a *Procura do Tempo Perdido*, de Proust. Resumidamente, Bonomi considera constitutivos do texto narrativo dois processos que operam sobre referentes: pelo primeiro desses processos, diz ele, expressões lingüísticas de diferentes tipos (nomes próprios, pronomes, sintagmas nominais indefinidos e definidos) “plantam” no mundo (não necessariamente real) a que se refere a narrativa um certo número de indivíduos; desse primeiro processo, faz parte a possibilidade, estudada em Vendler, 1967, de introduzir “termos singulares” mediante sintagmas nominais definidos que entram em combinação com outros termos singulares já disponíveis através de predicados não

1 Anna Paduceva, *Anaphoric relations and their representation in the deep structure of a text*. In: BIERWISCH, H. (Org.). *Progress in linguistics*. Haia: Mouton, 1970. p. 224-232.

2 BONOMI, A. (1994). *Lo spirito della narrazione*. Milão: Bompiani.

negativos e não modalizados. O segundo processo reconhecido por Bonomi, faz com que os indivíduos sucessivamente plantados no texto sejam tomados como “pontos de acumulação” de propriedades e de relações.

Para ilustrar o funcionamento combinado dos dois processos, Bonomi analisa, didaticamente, alguns dos primeiros parágrafos do romance *The lost language of cranes*, de D. Leavitt. Eis os trechos e a respectiva análise:

No começo da tarde de um domingo chuvoso de novembro, um homem descia a Terceira Avenida.

A poucas quadras daí, indo na direção norte, no décimo segundo andar de um prédio de tijolos azuis [...] uma mulher estava sentada à escrivaninha.

Rose chamava seu bairro o Meio-leste.

Ela e Owen moravam na Segunda Avenida propriamente dita.

Fazia vinte anos que Rose trabalhava como redatora.

Eles tinham um filho, Philip.

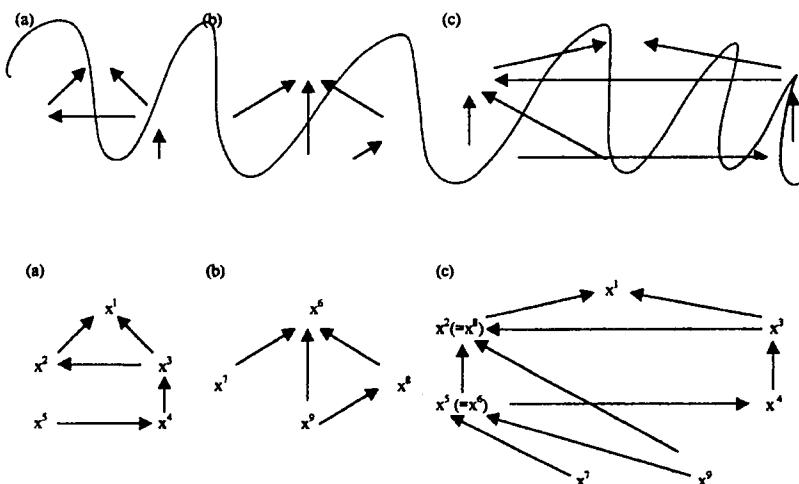
Na concepção de narrativa que emerge dessa análise, “a prerrogativa [das expressões anafóricas] consiste em identificar um mesmo referente passando por porções de discurso *sucessivas*. Esse referente pode então entrar em relação com outros objetos de discurso, em segmentos sucessivos do texto. Por

x^1 :	x^1 é a Terceira Avenida	x^6 :	o nome de x^6 é 'Rose' x^6 trabalha como redatora
x^2 :	x^2 é um homem x^2 desce por x^1	x^7 :	x^7 é o bairro <i>dela</i> <i>ela</i> chama x^7 de Meio-Leste (<i>ela</i> => x^6)
x^3 :	x^3 é um ponto de x^1 x^2 encontra-se em x^3	x^8 :	o nome de x^8 é 'Owen' x^8 mora com <i>ela</i> na Segunda Avenida (<i>ela</i> => x^6)
x^4 :	x^4 é um prédio de tijolos azuis x^4 fica a algumas quadras ao norte daí (<i>ai</i> => x^3)	x^9 :	o nome de x^9 é 'Philip' x^9 é o filho <i>deles</i> (<i>elos</i> => x^6 , x^7)
x^5 :	x^5 é uma mulher x^5 encontra-se no 12º andar de x^4 x^5 está sentada à escrivaninha		

exemplo, quando se diz ‘Ela e Owen moravam juntos’, a ocorrência do pronome ‘ela’ permite voltar a um referente introduzido antes (a saber, Rose): esse referente é então colocado em relação como Owen, quando se diz que os dois moram juntos. Ou seja, as anáforas são usadas sistematicamente para instaurar um universo de relações que liga no texto as diferentes entidades” (p. 58-59).

A imagem de texto que resulta de tudo isso é a de uma grande rede, constituída de pontos, (isto é, indivíduos), eventualmente ligados por linhas ou

mais precisamente setas (indicando relações). À medida que o texto evolui, a rede se enriquece e, ocasionalmente, uma sentença de identidade nos orienta para superpor diferentes pedaços de rede, previamente construídos a partir de diferentes porções de texto. Assim, os dois esquemas (a) e (b), que o leitor constrói separadamente a partir da leitura dos primeiros parágrafos do romance, podem ser unificadas como em (c), tão logo o texto torna disponível a informação de que $x^2=x^8$ (“o homem que percorre a Terceira Avenida é Owen”), e que $x^5=x^6$ (“A mulher que está no 12º andar é Rose”).



A representação de Bonomi é didática e elegante, e aponta para aspectos do funcionamento textual que não podem, de maneira alguma, ser considerados banais. Um de seus pontos altos consiste em mostrar de maneira convincente que a narrativa transmite uma perfeita ilusão de realidade, e cria um espaço e um tempo próprios, além de um universo de personagens que se amplia de maneira controlada. Outro ponto alto consiste em caracterizar lingüística e cognitivamente, com grande rigor, um modelo de construção da narrativa, muito usado em literatura, no qual um expediente inicial (do tipo “encontrei um manuscrito em que se falava de...”, “conheci um sujeito que...”) faz passar do espaço dêitico em que vivem o autor e o leitor para o espaço anafórico em que se movimentarão as personagens, e no qual a introdução de novas personagens se faz tipicamente a partir de vicissitudes que as envolvem com personagens previamente introduzidas.

Entretanto, essa representação didática e elegante, quando é aplicada a textos literários mais sofisticados, ou mesmo a textos narrativos não literários revela-se extremamente redutora. Para justificar essa crítica, analiso a seguir um trecho de uma aula ministrada em fevereiro de 1973 na Universidade de São Paulo e recolhida num dos inquéritos do tipo “elocução formal” do Nurc.³

O CINEMA BRASILEIRO NA DÉCADA DE 30

Vamos entrar então no nosso assunto... o cinema brasileiro... na década de trinta... o cinema brasileiro foi quase sempre... um cinema MARGINAL... o ... filme brasileiro ... foi TRADICIONALmente considerado pelo comércio cinematográfico... pelos exibidores... pelos donos de filmes... o filme brasileiro foi considerado... um:... penetra... um INTRUSO... alguma coisa que aparecia... pra::: atrapalhar... algo que funciona::va direiti::nho... um negócio que funcionava bem...baseado na importação... de filmes estrangeiros... e nesse quadro... aos olhos do comércio cinematográfico... o cinema brasileiro só aparecia para atrapalhar... *isso* quase sempre... nós encontramos momentos no passado um passado às vezes muito longínquo em que *isso* não acontecia... se nós pegarmos... se nós quisermos encontrar a::... a idade de ouro do cinema brasileiro... é incrível mas a gente precisaria ir para antes da guerra de quatorze a dezoito... entre mil novecentos e oito... e mil novecentos e doze por exemplo... o cinema brasileiro teve uma florescência extraordinária e não era um marginal... isso porque... as pessoas que produziam esses filmes eram os donos do cinema eles tinham... o maior interesse... em propagar... o seu produto... mas DESDE que o cinema virou realmente inDÚSTria... nos países adianTAdos... naturalmente que esse nosso cineminha... artesanal... foi liquidado... o Brasil era um país que importava tudo... e vocês sabem que o Brasil importava... parece que até caixão de defunto o Brasil importava ahn? não fabricava... o Brasil importava paLito no começo do século ahn?... e se importava essas coisas... então é evidente... que começou... a importar também divertimento... e começou também a importar filmes... e nossos filmezinhos feitos aqui foram postos... inteiramente... de lado... mas continuou a existir... e isso isso é que é milagroso... o cinema brasileiro... nun::ca... nunca morreu... houve sempre uma continuidade... ah marginalizado... ah completamente... com as maiores dificuldades... mas o cinema... sempre... sempre continuou a existir o cinema brasileiro... e no começo dessa década... que nós vamos abordar aqui... o cinema brasileiro estava EXTREMamente vivo... ah:: parecia... em mil novecentos e trinta no começo do mil novecentos e trinta parecia... que o cinema brasileiro ia voltar àquela época... ah... gloriosa de um passado... que já... longínquo... a explicação... ah para

3 Inquérito SP-153, p.1-63 de Castilho e Preti (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp/TA Queiroz, 1986.

isso... ah... é que... no começo de trinta... o mercado cinematográfico brasileiro... esse mercado baseado na importação de filmes... na época em que nós já somos dos americanos... estava num completo caos... um caos... provocado... pela revolução do cinema falado... essa coisa de cinema falado já tinha começado há mais tempo nos Estados Unidos... no fundo... esse processo... de revolução do cinema falado tinha começado nos Estados Unidos já há quatro anos an/ quatro anos antes... em mil novecentos e vinte e seis... numa época em que o Washington Luís... estava começando... o seu governo...

Introduzido como o segundo termo de uma relação cujo primeiro termo são os participantes do ato de fala (*Nós – tomamos como assunto – o cinema brasileiro*) o cinema brasileiro é, à primeira vista, o grande protagonista de todo o trecho, e as outras personagens – desde o comércio baseado na importação ou a indústria cinematográfica dos países adiantados, até o presidente Washington Luís entram no texto via alguma relação direta ou indireta com ele. Contudo, considerando mais de perto essas “personagens”, chego rapidamente a um bom número de complicações.

1. Para começar, o cinema brasileiro, o comércio de filmes etc. não são “personagens” no sentido das velhas teorias do romance $\frac{3}{4}$ nem poderiam ser, porque, para começar, não são indivíduos. O único indivíduo de carne e osso de todo o texto é o presidente Washington Luís, que faz aliás um papel de Pilatos no credo, ou melhor, de cuco da história, oferecendo apenas uma referência temporal.

Personagens num sentido vago, o cinema brasileiro e o grande cinema industrial de importação americana, são entidades que posso qualificar de *instituições sociais* ou de *produtos culturais*. A essas instituições aparecem associadas outras entidades como os *exibidores* e os *donos dos filmes*. Estes últimos são *entidades coletivas*, geralmente definidas pelo papel que desempenham na produção/veiculação do cinema. São também abundantes as referências a *atividades* (como o *comércio cinematográfico baseado na importação de filmes*), a *processos* (como a *revolução do cinema falado*), a *épocas* (o *começo da década de 30*) e a *estados* (por exemplo o *caos* em que a revolução do som lança a indústria cinematográfica americana).

Do ponto de vista lógico-filosófico, não é imediato assimilar essas entidades aos indivíduos discretos de que são amostra as personagens literárias. De fato, a aparelhagem conceitual que os lógicos aplicam aos indivíduos é habitualmente distinta da que aplicam aos processos e estados, às coletividades e ao tempo: uma parte de um indivíduo, digamos, um braço, não é um indivíduo do mesmo tipo que o todo, mas uma parte de uma época, para certos efeitos, ainda é uma época. Um exemplo ainda melhor de como o texto não trata apenas

de indivíduos discretos (por exemplo pessoas e coisas) é o caos: seja qual for a análise que os filósofos fazem do caos, ele é, lingüisticamente falando, uma entidade contínua (caos + caos = caos). Contudo, o texto fala de um “pedaço específico” do caos – o que atingiu a indústria cinematográfica americana no início do cinema falado. Há portanto nesse texto um trabalho de passagem do contínuo para o discreto, e esse trabalho, que será chamado aqui de re-quantificação, é essencial para a anáfora.

Outro exemplo ainda mais rico de re-quantificação, é o que envolve o próprio conceito de cinema. No texto fala-se de várias realidades que, cada uma à sua maneira, são cinema: o cinema brasileiro, o cinema brasileiro da década de 30, os “filminhos”, o comércio cinematográfico baseado na importação. Esses vários “cinemas” são portadores de características contraditórias e por isso têm que ser tratados como coisas diferentes (por exemplo: ser marginal, é uma tendência do cinema brasileiro como um todo e não do cinema brasileiro da década de 30; tornar-se indústria é uma característica do cinema como um todo, não do cinema brasileiro, e muito menos do cinema brasileiro da década de '30; passar por uma situação de caos no começo dos anos 30 é uma vicissitude do cinema dos países adiantados (e não do cinema brasileiro); florescer na década de 30, apesar de seu caráter artesanal é uma vicissitude do cinema brasileiro (e não do comércio cinematográfico baseado na importação) etc. Resumindo, esse texto trata do cinema como uma entidade processual, separando e contrapondo na mesma diferentes estágios. Para que as contraposições funcionem, é preciso que cada estágio possa manter-se distinto dos demais e possa ser recuperado como tal. Tudo isso de fato acontece, mas os mecanismos utilizados para reunir e distinguir não são os mesmos que se aplicariam a conjuntos de indivíduos. Isso, por sua vez, alerta para o fato de que pode ser necessário explorar outras ontologias (que atentem, por exemplo, para processos em vez de atentar apenas para objetos) e outras formas de quantificação (que reconheçam outras relações entre todos e partes, além das relações que costumam ser definidas sobre conjuntos de objetos).

2. Um outro aspecto da anáfora que escapa entre as malhas do modelo “pontos de acumulação + relações” é a possibilidade de anaforizar conteúdos equivalentes a sentenças. Ao analisar a fala sobre cinema segundo o esquema de Bonomi, precisei, recorrer, em determinados momentos, a fórmulas como

(1) (53) é um milagre

em que o sujeito da sentença é por sua vez um número que designa um enunciado anterior. A referência a enunciados completos (em vez de indivíduos) é uma forma de anáfora freqüente tanto na língua escrita como na língua falada. Ela é

realizada sobretudo pelo demonstrativo neutro *isso* e obedece a um processamento bastante complicado, por duas razões: a) sei muito pouco sobre o processo pelo qual o falante seleciona o conteúdo proposicional relevante para o texto entre os diferentes conteúdos proposicionais que correspondem a diferentes níveis de encaixamento de sentenças presentes no texto que precede (assim, por exemplo, as duas ocorrências de “isso” destacadas na 9.^a e 10.^a linhas do texto remetem mais provavelmente à idéia de que “o cinema nacional *era visto como* um penetra” do que à idéia de que “o cinema nacional *era* um penetra”. b) o conteúdo relevante não recebe necessariamente no texto uma formulação explícita; muitas vezes, ele é apenas pressuposto ou implicitado de alguma outra forma.

Na tradição lógica em que se insere a análise de Bonomi, é consensual que a referência dos enunciados completos é distinta da referência dos nomes, por isso não vejo necessidade de insistir na inadequação do modelo “pontos de acumulação + relações” a propósito das anáforas que recuperam conteúdos proposicionais.

3. Penso, por fim, no tipo de retomada expresso pela expressão “nesse quadro”, que aparece à altura da sétima linha da transcrição. A expressão “nesse quadro” é um circunstancial, mas não um “participante circunstancial” da ação expressa pelo verbo da oração. A palavra “quadro” tem aqui a função de resumir as informações dadas no texto anterior, indicando sua relevância para a interpretação da oração que segue “aos olhos do comércio cinematográfico, o cinema brasileiro só aparecia para atrapalhar”. Em outras palavras, “nesse quadro” retoma *todo o texto anterior* como relevante para entender a atitude dos importadores de filmes. Não caberia, então, usar para “quadro” o mesmo tipo de variável com que se representam os argumentos de predicados.

Refletindo por um momento sobre o esquema “pontos de acumulação + relações”, percebo que ele é fortemente influenciado pela concepção de semântica e de ontologia que costuma ser associada à lógica de predicados de primeira ordem. Como se sabe, essa semântica é extensional, isto é, trabalha com uma ontologia constituída basicamente de objetos. Com freqüência, ao constatar que as soluções extensionais mais simples eram insuficientes, os semanticistas tentaram uma destas quatro alternativas:

- a) complicar a representação;
- b) tentar soluções intensionais;

- c) substituir o enfoque semântico por um enfoque pragmático;
- d) substituir o enfoque semântico por um enfoque cognitivo em que os fenômenos problemáticos eram reinterpretados à luz de processos cognitivos de que as análises semânticas tradicionais não dão conta.

Penso que todas essas alternativas, particularmente a última, têm vantagens a oferecer. Mas há alguns anos, quando me dei conta da insuficiência do modelo “pontos e acumulação + relações”, de fato, eu não explorei seriamente nenhuma delas; ao contrário, segui um conselho que me lembro ter lido num texto de Bolinger: quando a teoria não bate, encha-se de dados. Comecei assim a montar um corpus de textos jornalísticos, contendo exemplos de anáfora que me pareceram significativos. Esse corpus, que ainda não tem nome⁴ deve atingir os mil exemplos até o final deste ano e quando isso acontecer pretendo disponibilizá-lo pela internet.

Por que os lingüistas continuam montando corpora, quando se sabe que nenhum corpus pode ser representativo em termos absolutos, e quando é inevitável reconhecer que a busca de exemplos tende a ser guiada por intuições obscuras e desencontradas?

Um primeiro retorno é, evidentemente, a possibilidade de determinar com que freqüência um determinado tipo de texto mobiliza construções que fazem parte de um mesmo leque de escolhas. Sob esse ponto de vista, para quem se interessa pelo fenômeno da anáfora, pode ser uma surpresa descobrir que, na linguagem jornalística, o recurso lingüístico mais usado para anaforizar não é o pronome pessoal, mas a descrição definida. Pode ser também uma surpresa constatar que os advérbios *ali*, *acolá*, *então*, e outros, que ilustram tão bem o funcionamento da anáfora em oposição aos dêiticos *aqui*, *aí*, *agora* têm um uso numericamente insignificante.

Outro retorno foi, no meu caso, a identificação de uma construção anafórica que envolve uma concordância por assim dizer “anômala”. Trata-se de exemplos como (b), que compartilha com (a) a característica de utilizar um demonstrativo para “recuperar” uma passagem anterior do texto, mas que se distingue de (a) por não utilizar o demonstrativo neutro. De fato, na construção exemplificada por (b), o demonstrativo vai para o masculino ou feminino concordando com o substantivo que aparece depois do verbo.

4 Já me foram sugeridos os nomes “Sac.ana” (abreviação para “sacando a anáfora”) e “Calejo” (“corpus de anafóricos da língua escrita dos jornais”. Parece que as siglas não dão muito certo.

- (a) O banco central não divulgou a carteira de clientes do Banespa. *Isso* foi a razão pela qual os bancos estrangeiros desistiram de participar do leilão.
- (b) O banco central não divulgou a carteira de clientes do Banespa. *Essa* foi a razão pela qual os bancos estrangeiros desistiram de participar do leilão.

Mas volto às razões que levam à construção de corpora. Penso que o lingüista que constrói um corpus dedicado a ilustrar um fenômeno particular, é, em princípio, alguém que tem uma confiança muito grande em suas próprias intuições e que, ao avaliar um leque tão amplo quanto possível de exemplos, espera tornar mais aguda sua sensibilidade para aquilo que a teoria deverá tratar como igual ou como diferente, ou seja, para aquilo que será considerado ou não como um caso do fenômeno em estudo.

Com alguma sorte, esse lingüista poderá encontrar, no material examinado, alguns exemplos cruciais, isto é, alguns desses exemplos privilegiados que, em virtude de alguma característica de forma ou de interpretação, obrigam a traçar de maneira mais exata os contornos do fenômeno a estudar. No corpus que estou montando, há vários desses exemplos, e na seqüência dessa exposição analiso alguns deles, com o duplo objetivo de mostrar que os exemplos são um recurso importante para construir uma noção de anáfora condizente com nossas intuições, e que o corpus que venho construindo aponta para um conceito de anáfora de um tipo bem definido.

O primeiro exemplo que analisarei aqui provém de um texto sobre educação à distância, e diz respeito a um uso especial e pouco comum, de nomes próprios. Dadas as peculiaridades semânticas dos nomes próprios – em particular o fato de que eles são, na terminologia de Vendler,⁵ termos singulares primitivos (ou designadores rígidos, como também já se disse), não esrariaencontrá-lo em função anafórica: um nome nomeia o objeto a que se refere sem necessidade da mediação do texto. Há, contudo, ocorrências de nomes próprios contrariam essa expectativa e que por isso mesmo merecem alguma atenção, ainda que um mínimo de análise leve à conclusão de que essas ocorrências são, precisamente, a exceção que confirma a regra.

Consideremos este texto, extraído de uma matéria do Correio Popular (Campinas) de 4 de agosto de 2000:

5 VENDLER, Z. *Linguistics and philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967. Ver particularmente o capítulo “Singular terms”.

Gerson quer aprender contabilidade para melhorar de vida. Só tem o ginásio incompleto e estará numa cadeia em São Paulo pelos próximos dois anos por estelionato. *Paulo* é um médico que trabalha em Recife, e que ambiciona voltar para Catolé da Rocha, cidadezinha do alto sertão paraibano, onde nasceu, para fazer clínica rural. Mas teria de interromper o mestrado que está fazendo na universidade da capital. O sonho dourado de *Viviane*, uma garota pobre do interior do Acre, é fazer rum curso de ecologia na Unicamp. Evidentemente, não tem dinheiro para isso. *Albino*, ao contrário, tem bastante dinheiro: é um super-executivo de um banco carioca, mas trabalha 12 horas por dia, e não encontra tempo para fazer o MBA de que tanto precisa para progredir na carreira.

Todos esses são exemplos reais de gente que pode ser ajudada pela educação à distância, ou EAD, a nova sigla “quente” de um conceito antigo, mas que está explodindo em crescimento no mundo todo, empurrada pelos ventos das novas tecnologias. A EAD representa uma oportunidade preciosa para todos os *Gérgons*, *Paulos*, *Vivianes* e *Albinos* da vida que desejam progredir por meio do estudo, mas que encontram barreiras intransponíveis no ensino convencional, seja pela impossibilidade de se deslocar, seja pela distância geográfica, pelas limitações de tempo ou dinheiro... (SABBATINI, R. Aprendendo à distância. *Correio Popular*, Campinas, 4 ago. 2000)

Há uma fortíssima razão para qualificar como anafórica a segunda ocorrência dos nomes próprios Gerson, Paulo, Viviane e Albino, aliás a mesma de sempre: para compreender corretamente essas ocorrências, precisamos recorrer a informações presentes em outras passagens do mesmo texto, e os trechos do primeiro parágrafo em que esses mesmos nomes ocorrem pela primeira vez são, obviamente, as que interessam. À diferença das primeiras ocorrências, as do segundo parágrafo não fazem referência a indivíduos específicos, mas é constitutivo desse tipo de anáfora que os mesmos nomes sejam mantidos no segundo parágrafo, assim como é funcional que esses nomes sejam, desde o início, diferentes entre si, porque só assim eles podem evocar histórias de vida diferentes associando-as a personagens diferentes. Como o próprio texto indica (“todos esses são exemplos reais de gente que pode ser ajudada...”) os nomes, que num primeiro momento haviam servido para identificar pessoas reais, foram usados, no segundo parágrafo, para transformar aquelas pessoas em protagonistas de casos exemplares ou, como poderíamos também dizer, para transfor-

mar a situação que eles vivem em um *papel* que poderá ser vivido por outros intérpretes. Vista sob essa ótica, a “retomada” que ocorre no segundo parágrafo tem algo em comum com o uso das variáveis: o funcionamento do texto não seria prejudicado se, ao invés de nomes próprios de pessoas reais, fossem usados nomes vicários como “Fulano, Beltrano e Sicrano” ou mesmo letras do alfabeto. Poderia me perguntar que operações retóricas intervêm nessa retomada: ela tem certamente algo a ver com a figura retórica da anonomásia, pela qual o anfitrião da peça se torna o símbolo de todas as pessoas que hospedam alguém; ele tem também alguma coisa em comum com o processo de identificação de papéis temáticos, porque parte de casos singulares e abstraio a partir deles algumas representações mais gerais – ainda que esteja longe, aqui, do nível de abstração que leva a papéis como os de agente, alvo etc.

Seja como for, vários testes possíveis confirmam, que os nomes próprios, na sua segunda ocorrência, não foram usados de maneira típica: a presença do artigo, a pluralização, a presença do quantificador *todo*, a ocorrência após os nomes de uma relativa que, ao que tudo indica, tem que ser analisada como restritiva (“que desejam progredir por meio do estudo, mas que encontram barreiras intransponíveis no ensino convencional...”). O fato de que as ocorrências do segundo parágrafo são apoiadas por orações relativas *restritivas* é surpreendente: uma oração explicativa seria em princípio esperada, já que em princípio sei quem se quer identificar como “os Gérgons da vida”, os “Paulos da vida”, e assim por diante. Provavelmente, para explicar a restrição, devemos recorrer ao fato de que apenas nesse ponto da matéria o jornalista formula com maior precisão o que há de comum entre as várias situações descritas. Cabe, por outro lado, refletir sobre o significado de duas palavras que tenderia a negligenciar, a saber “da vida”. Penso que essas duas palavras são muito importantes aqui, e que os pequenos moldes

“[artigo definido + nome próprio]_{plural} + *da vida*” e
“[artigo indefinido + nome próprio] + *na vida*”

correspondentes a

“Os juízes Lalaus da vida andam soltos por aí”,
“Quero ser um juiz Nicolau na vida”

estão-se gramaticalizando como recursos para formar nomes comuns a partir de nomes próprios de pessoa.

O texto analisado ensina, afinal, que os nomes próprios só funcionam como anafóricos quando abdicam de sua especificidade de nomes próprios e se

tornam nomes comuns. Se essa observação é correta, tenho interesse em perguntar que características semânticas de um nome comum o tornam apropriado para a função anafórica. Uma hipótese é que os nomes comuns classificam, ao passo que os nomes próprios apenas designam. Isso poderia estar indicando, para que haja anáfora, é preciso que haja classificação. Se essa hipótese deve ser aceita ou não, e que consequências isso acarreta é questão de mais pesquisa.

O segundo texto que analisarei aqui foi publicado há alguns anos numa página interna da Folha de São Paulo, e trata de uma estratégia de vendas cada vez mais usada nos supermercados – a estratégia que consiste em juntar num mesmo espaço produtos de natureza diferente (digamos, a carne para churrasco, que provém do pasto, o sal grosso que provém do mar, e os espetos, produto da indústria siderúrgica leve) quando o comprador os encara como parte de um mesmo “script” (no caso o churrasco dominguero). A primeira particularidade a notar nesse texto é uma ambigüidade de seu título, “*Produto troca de prateleira e vendas crescem*” que tem a ver com a ausência de artigos, fenômeno comum nas manchetes de jornais. No primeiro momento, quem lê esse título não tem como decidir se a matéria jornalística falará de um produto determinado que, mudando de prateleira, se tornou mais vendável, ou enuncia uma espécie de lei geral da mercadologia moderna. As palavras “*produto*”, “*prateleira*” e “*vendas*”, tais como são usadas no título, ficam abertas, em outras palavras, tanto a uma leitura específica, como a uma leitura generalizante.

Produto troca de prateleira e vendas crescem – Em pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo em três grandes supermercados da capital, ficou provado que expor o *produto* perto de outros gêneros com que combina é uma maneira de aumentar as vendas. Os exemplos mais impressionantes foram, nesse sentido, o carvão e o sal para churrasco: habitualmente, o *carvão para churrasco* é vendido junto aos *detergentes*, e o *sal para churrasco* junto aos demais temperos. Num dos supermercados que foram objeto de estudo, os pesquisadores da Universidade de São Paulo deslocaram *cem pacotes de carvão e cem pacotes de sal* para junto das gôndolas do açougue, e verificaram que esses pacotes foram vendidos num tempo 20% menor. Há uma explicação, diz João Paixão Neto, gerente da loja do Pão de Açúcar da Alameda Santos: o *supermercado* vende a mesma carne, o mesmo sal e o mesmo carvão; mas o cliente compra, em bloco, a idéia de um suculento churrasco, e com isso regateia menos.

Uma vez constatada essa dupla possibilidade de interpretação, há pelo menos duas observações a fazer: a primeira é que, independentemente da interpretação que o leitor do jornal escolhe para o título, sei que as vendas que aumentam são as do produto (ou produtos) que mudou (ou mudaram) de prateleira. Penso que essa é uma boa razão para entender que “vendas” é anafórico de “produto”, e isso alerta por sua vez para um fato cada vez mais freqüente nos textos escritos (e generalizado nos textos falados): *é possível anaforizar omitindo o anafórico*. Essa possibilidade se manifesta de várias maneiras, que em sua maioria envolvem o uso de expressões relacionais, sejam elas predicados de dois lugares (inclusive predicados comparativos), expressões que identificam papéis temáticos, expressões que indicam o nexo entre dois conteúdos proposicionais, ou outras. Eis alguns exemplos breves:

Um cachorro foi atropelado na Av. Saumel Martins. *O dono* saiu de revolver atrás do motorista. (*o dono* = *o dono daquele cachorro*)

(4) Um cachorro foi atropelado na Av. Samuel Martins. *Por muito menos* já houve mortes na Vila Cristo (por muito menos = por muito menos *do que um atropelamento de cachorro*, por muito menos *do que o atropelamento daquele cachorro* etc.)

(5) Um cachorro foi atropelado na Av. Samuel Martins. *Por muito menos* já houve mortes na Vila Cristo (por muito menos = por muito menos *do que um atropelamento de cachorro*, por muito menos *do que o atropelamento daquele cachorro* etc.)

(6) Um cachorro foi atropelado na Av. Samuel Martins. O motivo é que a prefeitura retirou as lombadas (a retirada das lombadas foi motivo *do atropelamento do cachorro*)

Há muito trabalho a fazer no sentido de descrever esses casos de anáfora em que o anafórico tomou doril: uma das tantas tarefas é explicar em que se distinguem dos casos de elipse; outra é explicar o paradoxo, bem lembrado por Marcuschi, de que ninguém se atrapalha nesses casos, que poderiam, em princípio, ser motivo de confusão para os interlocutores.

Mas volto ao título do texto e passo à segunda observação. Penso numa interpretação diferente da que considerei até aqui, segundo a qual a mudança de um produto específico afetou as vendas em geral (imagine, por exemplo, que a manchete se refere ao fato de que o supermercado recuou para uma gôndola pouco visitada as camisas dos Gaviões da Fiel, e que isso fez com que a torcida

do São Paulo passasse a comprar em peso naquele supermercado). Quando a interpretação é essa (com quantificação específica em *produto* e genérica em *vendas*), o fato a notar, é que a anáfora do título desaparece. Isso poderia estar mostrando que é mais fácil haver anáfora entre expressões que são quantificadas do mesmo modo, ou, por outra, que a anáfora tende a preservar a quantificação do antecedente, a menos que todo um trabalho lingüístico suplementar seja feito para permitir o contrário. Isso leva a duas perguntas, que identificam duas linhas de reflexão bastante promissoras:

- 1) o que significa “preservar a quantificação do antecedente”?
- 2) que tipo de “trabalho lingüístico” é necessário para que possa haver “mudança de quantificação” numa relação anafórica?

Para responder à primeira pergunta, será preciso aplicar no âmbito das relações inter-sentenciais os conhecimentos que a investigação semântica das últimas décadas acumulou sobre quantificação nominal e sobre as conexões que ela mantém com vários tipos de predicação.⁶ Os contornos dessa linha de investigação não são claros, mas isso parece dever-se antes a um desconhecimento recíproco entre os semanticistas (que têm trabalhado sobretudo no nível intra-sentencial) e os especialistas em lingüística textual, do que a um problema de princípio. Sobre a segunda pergunta, o máximo que posso fazer por ora é dar uma idéia do que tenho em mente, quando fato em um tipo de “trabalho lingüístico” que torna viável as mudanças de quantificação: um pouco desse “trabalho lingüístico” ocorre na matéria do jornal entre a afirmação genérica de que *expor o produto perto de outros gêneros com que combina é uma maneira de aumentar as vendas* e o relato do que aconteceu com os *cem pacotes de carvão e cem pacotes de sal* que, colocados junto das gôndolas do açougue, *vendem num tempo 20% menor*. O sal e o carvão, que eram inicialmente apresentados como substâncias, são “transformados” lingüisticamente em pacotes, e além disso somos informados de que a história desses pacotes é um *exemplo impressionante* da tese geral que defendo no artigo.

Um último texto, publicado há alguns meses na página de esporte da Folha de São Paulo servirá de ponto de partida para mais algumas observações.

6 Em sua intervenção nesta mesa-redonda, Ana Lúcia Müller trata desses problemas de maneira abrangente e competente.

DISNEYLÂNDIA NO INFERNO

Aos 16 anos, James Michael Moriarty remou para o outside e um Maverick's (EUA) gigante. Era 21 de dezembro de 1994, dia mais tarde batizado de Big Monday. Remou para sua primeira onda, e, quando resolveu desistir de surfá-la, era tarde.

“Fiquei em pé, olhei para baixo, e vi nada a não ser ar, 35 pés de vazio. Tive uma fração de segundo para pensar ‘Oh, m...’ quando a prancha voou contra meu corpo e o *lip* me pegou pelas costas.

O impacto foi terrível: fui socado contra o fundo numa terrível turbulência. Tentei me concentrar em ficar relaxado. Fui rolando e sacudindo, e tive sorte de encontrar o fundo com os pés. Demorei muito para subir. Mantive meus olhos abertos e tudo estava preto.

Sabia que, se não subisse logo, a próxima onda estaria sobre mim; então nadei o mais rápido possível que pude para poder respirar. A segunda onda não foi tão ruim quanto a primeira, mas me rolou um bocado”.

Dias depois, o havaiano Mark Foo morreria surfando em Maverick's. A onda, então ainda novidade no cenário do surfe, começava a se firmar como a mais temível do planeta.

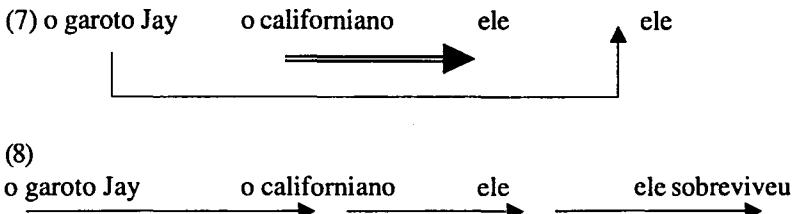
Aqueles dias na praia de Santa Cruz, na Califórnia, ganharam espaço na mídia. O Jornal New York Times, a rede de TV NBC e publicações locais destacaram os incidentes e as titânicas ondas e questionaram como o garoto Jay havia sobrevivido ao “wipeout for the millennium”, segundo a capa da revista “Surfer”.

Parece claro que existe um forte componente genético para as *habilidades do californiano*. A imensa maioria de surfistas jamais remaria naquele inferno gelado que para ele é como a Disneylândia. Mas ele sobreviveu para contar sua história. E não só pela sua cadeia de DNA. Treinou sério desde os 13 anos para desenvolver suas habilidades naturais, e, com certeza, a sorte também estava ao seu lado. Cada um tem e conta a história que merece. (Carlos Sarli, FSP-Esporte, 6 jul. 2000)

Numa passagem desse texto reencontro a mesma ambigüidade de quantificação que apontei no título do texto anterior. Trata-se da possibilidade de escolher ou uma leitura genérica ou uma leitura específica para as expressões *o californiano* e *ele* que ocorrem na frase “existe um forte componente genético para as habilidades *do californiano*. A imensa maioria de surfistas jamais remaria naquele inferno gelado que para *ele* é como a Disneylândia”.

Supondo que não há dificuldade em aceitar a ambigüidade dessa frase, quando ela é descontextualizada, tentarei verificar como essa ambigüidade se resolve, no processamento do texto. A primeira leitura que alguns leitores fazem de “*o californiano*” e “*ele*” (trata-se, é bom dizer, de leitores desinformados

sobre quem é Jay Moriarty e quais foram suas realizações surfísticas) é a genérica. Essa leitura é possível em princípio e, ao que tudo indica, é favorecida pelo uso da forma verbal do presente simples, que conduz à interpretação generalizante. Todavia, quando, na sequência da leitura, diante da frase “Mas ele sobreviveu para contar sua história” esses mesmos leitores tendem a reavaliar que a melhor opção era entender “o californiano” [e as várias ocorrências de *ele*] como anafóricas de Jay Moriarty. O que leva o leitor a considerar seriamente essa leitura é o uso do verbo no passado, incompatível com uma operação de generalização. O fato de que “corrigimos”, por assim dizer *retrospectivamente*, uma interpretação que até certa altura do texto parecia adequada indica, antes de mais nada, que toda expressão anafórica sofre condicionamentos igualmente fortes por parte do assim chamado “antecedente” e por parte da sentença em que está inserida. Mas indica também que os falantes sabem reconhecer que, em qualquer texto, funcionam determinadas “cadeias anafóricas”. No caso analisado, trata-se de descartar a cadeia representada em (7) e ficar com a cadeia representada em (8):



O fato de que os leitores escolhem (8) em vez de (7) parece mostrar que não é possível interpolar uma anáfora de sentido genérico em uma outra anáfora de sentido específico. Existem restrições desse tipo? É muito provável que sim, mas meu propósito não era propriamente responder a esta pergunta. Era apenas assinalar a necessidade de um estudo que distinga, de maneira mais geral, as interveniências que afetam a possibilidade de anáfora das interveniências que não a comprometem. Aqui também se abre uma ampla possibilidade de pesquisa, que terá que considerar fatores mais propriamente lingüísticos, mas que terá também que considerar hipóteses sobre o funcionamento da memória e sobre o processamento cognitivo do material lingüístico, porque é possível que a anáfora resulte dificultada pela interpolação de segmentos mais longos ou de processamento cognitivo mais complexo.

O texto sobre a façanha de Jay Moriarty presta-se a uma última observação sobre anáfora, de caráter bastante geral, com a qual pretendo concluir esta intervenção. Considero o uso que foi feito no texto da palavra *prancha*. Penso que a maioria dos leitores, mesmo aqueles que, como eu, pouco entendem de

surf, aceitarão naturalmente que, em sua única ocorrência no texto, essa palavra tenha sido precedida por um artigo definido. Essa naturalidade explica-se pelo fato de que há um *script* da prática do surf que é compartilhado inclusive por pessoas que nunca viram alguém praticar esse esporte, e nesse *script* a prancha aparece como um ingrediente indispensável. Isso permite que a *prancha* funcione nesse texto como anafórico de *surfar* (ou mais provavelmente de toda a situação evocada nas primeiras linhas), realizando o tipo de anáfora que Tesnière chamava de associativo.

Basta correr os olhos por qualquer texto escrito ou falado para convencer-me de que as anáforas associativas são extremamente numerosas em textos de todos os tipos, e permitem apresentar como conhecidos conteúdos que não foram previamente mencionados no texto, mas que podem ser associados a outros conteúdos que o foram. Aqui, a questão que levanto é: há limites para as possibilidades de associação? Ao longo dos tempos, a noção de associação foi objeto de vários tratamentos célebres, alguns dos quais a caracterizam como uma operação extremamente aberta, se não incontrolável. Um desses tratamentos é o de Hobbes, que pode ser resumido na afirmação de que a mente humana [pelo mecanismo de associação] vai de praticamente tudo a praticamente tudo. Ao contrário do que sugerem essas maneiras de entender associação, a anáfora associativa faz uso de uma competência que nada tem de caótico, e que resulta, ao contrário, altamente estruturada. Se há limites para as associações, e elas resultam estruturadas, o problema consiste em explicitar que esquemas (lingüísticos? cognitivos?) garantem essa estruturação.⁷

Sobre esses esquemas há muito a dizer, e mais ainda a pesquisar. Aqui, ressalto apenas que alguns desses esquemas são amplamente compartilhados enquanto outros funcionam em comunidades cognitivas bem mais limitadas. Por exemplo, é provável que muitas pessoas que associam naturalmente surfe e prancha de surfe não saibam o que é um *lip* ou um *maverick* gigante. Para o leitor da página de esportes que conhece de maneira apenas imperfeita a *o script* do surfe, o uso das palavras *lip* e *maverick* cria um problema de interpretação, que, no limite, pode levar ao fracasso de uma anáfora associativa.

Equívocos desse tipo ocorrem de fato, e podem ser comparados a outros equívocos que qualquer locutor corre o risco de cometer (por exemplo quando usa os dêiticos apoiando-se em evidências não acessíveis ao interlocutor, ou quando apresenta como dadas ou pressupostas informações que, de fato são

7 A intervenção do prof. Luiz Antônio Marcuschi nesta mesa redonda tematiza essa questão. Nota que em vez da denominação “anáforas associativas” o professor Marcuschi utiliza outra, mais moderna e mais apropriada: “anáforas indiretas”.

desconhecidas). A existência desses equívocos ajuda a lembrar uma característica que, embora seja mais evidente nas anáforas associativas se aplica em princípio a qualquer tipo de anáfora (e a qualquer operação de dêixis), a saber o fato de que seu funcionamento só pode ser compreendido quando se encara a atividade lingüística como uma atividade cooperativa.

Todo locutor constrói sua fala a partir de uma avaliação da capacidade de interpretação do interlocutor, e da maneira como este reage às informações que são passadas pelo texto escrito ou falado. Em condições normais, ele tem o direito supor que os mesmos objetos salientes na situação, os mesmos conhecimentos, e as mesmas informações estão presentes na atenção do interlocutor como na sua própria. Mas a comunicação não se faz apenas entre pessoas que têm o mesmo background cultural, que compartilham a mesma perspectiva sobre a situação ou que estão atentas ao mesmo tipo de dados. Assim, a decisão de apresentar certos conteúdos como recuperáveis é sempre uma questão de avaliação, e a avaliação pode ou não ser correta. Avaliações incorretas podem causar prejuízos mais ou menos sérios à comunicação, podem resultar em textos que serão percebidos como mais difíceis, podem exigir reformulações, comentários, digressões. Uma comunicação eficaz depende, em suma de uma avaliação do interlocutor, e isso faz reencontrar a propósito da anáfora uma situação que é comum em lingüística, sendo a articulação tema/remo, a pressuposição e as implicaturas alguns de seus exemplos privilegiados.

Por tudo isso, penso que posso dizer que a anáfora não é apenas um mecanismo de preservação de referentes, e nem mesmo um mecanismo de preservação de conteúdos. Tem pouco a ver com formas, e tem pouco a ver com mundo; ao contrário, tem muito a ver com o modo como o mundo é armazenado em algum “buffer cognitivo”.

Se estou correto, a anáfora é um forte argumento para que, entre a linguagem e o mundo, queiramos situar uma interface que não é neutra, mas guarda as marcas cognitivas (culturais? psicológicas? sociais?) de nosso envolvimento com determinados grupos sociais que interpretam e conhecem. Essa é a razão pela qual, num momento anterior dessa intervenção, ao falar das quatro alternativas que se abrem ao semanticista que constata a insuficiência das soluções extensionais mais simples, apontei a saída cognitiva como a mais válida.

RESUMO

A concepção referencial da anáfora textual (que faz consistir esse fenômeno na identidade de referência entre duas expressões de um mesmo texto), ao mesmo tempo que dá a devida importância a um mecanismo de coesão textual bem conhecido, leva a negligenciar outros mecanismos coesivos igualmente importantes. Para justificar esse ponto de vista, analiso inicialmente uma teoria não ingênua da narração que tem na concepção referencial seu principal fundamento (Bonomi, 1994), e mostro que ela se aplica mal aos textos narrativos em que as personagens não são indivíduos convencionais (o texto usado como exemplo é parte de uma aula de história do cinema brasileiro). A seguir, caracterizo alguns tipos de anáfora que não respeitam os esquemas derivados da concepção referencial: a) aqueles em que há omissão do termo anafórico (*procurei o filho mas só encontrei o pai*), b) aqueles em que há retomada de um conteúdo proposicional (o que costuma ser feito pelo demonstrativo neutro *isso*), c) aqueles que remetem a um segmento do texto anterior, reformulando seu conteúdo. A análise desses casos apenas aparentemente excepcionais me leva a crer que a anáfora, à semelhança de outros fenômenos, como a sinonímia, deve ser encarada como uma operação de conservação e deslocamento, sujeita a restrições cognitivas bem precisas. Isso, por sua vez, obriga o lingüista que estuda a coesão textual a mobilizar constantemente seus conhecimentos de semântica lexical, determinação nominal e funcionamento dos esquemas cognitivos associados à linguagem.

Palavras-chave: Anáfora, referencialidade, coesão textual.

RESUMÉ

La conception *référentielle* de l' anaphore textuelle (qui définit ce phénomène par l'identité de référence entre deux expressions du même texte) tout en mettant en valeur un mécanisme connu de la cohésion textuelle, amène à en écarter d' autres qui sont tout aussi importants. Pour justifier ce point de vue, j' analyse d'abord une théorie du récit qui se réclame de la conception référentielle (Bonomi, 1994) pour montrer qu' elle s' applique mal aux textes narratifs où les personnages ne sont pas des individus conventionnels (je prends pour exemple un extrait d' une leçon sur l' historie du cinéma brésilien). Par la suite, je caractérise quelques types d' anaphore qui débordent les schémas dérivés de la conception référentielle: a) ceux qui comportent l' omission du terme anaphorique (*procurei o filho mas só encontrei o pai*); b) ceux où il y a reprise d' un contenu propositionnel

(en général, par le démonstratif neutre *isso*); c) ceux qui renvoient à un segment du texte précédent en reformulant son contenu. L' analyse de ces cas “exceptionnels” m' amène à croire que l' anaphore, à l'instar d' autres phénomènes, tels que la synonymie, doit être envisagée comme une opération de conservation et de déplacement soumise à des restrictions cognitives très précises, ce qui oblige le linguiste qui travaille sur la cohésion textuelle à mobiliser en permanence ses connaissances de la sémantique léxicale, de la détermination nominale et du fonctionnement des schémas cognitifs en rapport avec le langage.

Mots-clés: Anaphore, référentielle, cohésion textuelle.

REFERÊNCIA

BONOMI, A. *Lo spirito della narrazione*. Milão: Bompiani, 1994.